

O CAMPONÊS INSERIDO NO PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA NA AMAZÔNIA.

Mayany Soares Salgado¹
Antonio Cordeiro Santana²
Maria Antonia Soares Salgado³
Ana Célia Barbosa Guedes⁴

Resumo:

A exploração intensiva dos recursos naturais para fins de exportação, é um fato comum na Amazônia, devido a visão de *el dorado* e abundância. O presente artigo objetiva compreender de que forma as práticas extrativistas desenvolvidas pelo camponês amazônico têm sido apropriados para a manutenção da posição da região amazônica como fornecedora de matéria-prima. Para tanto a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, análise documental, análise dos processos históricos através de teóricos que lidam com a questão do neoextrativismo, bem como trabalho de campo. Diante disso, observou-se que o camponês amazônico tem resistido a esses processos de dominação, pois não tem se subordinado integralmente ao modelo de dominação, criando estratégias de mobilização de cunho político, bem como mantendo as relações de compadrio, amizade, solidariedade, compreendido como a base estruturante do sujeito camponês.

Palavras-chave: Neoextrativismo, Camponês amazônico, recursos naturais.

¹ Universidade Federal do Pará/ NAEA/ mayany_salgado@yahoo.com.br

² Universidade Federal Rural da Amazônia/ acsufra@gmail.com

³ Universidade da Amazônia/ antoniasalgado2000@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal do Pará/ NAEA/ anacbgedes@hotmail.com

Introdução

As discussões acerca da região amazônica tendem a se constituir de forma complexa, devido a diversidade que o bioma Amazônico dispõe com uma variabilidade de seres vivos distribuídos na fauna e flora proveniente do clima quente e úmido e da proximidade da Linha do Equador, outrossim apresenta uma complexidade de sujeitos a partir da forma de incentivo de ocupação que a região foi alvo na década de 1960.

Esse processo teve início durante o governo de Juscelino Kubitschek a partir do investimento financeiro relacionado a indústria automobilística, bem como na abertura das rodovias que passavam a conectar a região com o restante do país, o projeto político de Kubitschek estava relacionado ao estímulo da opção viária terrestre em detrimento da fluvial. No entanto foi na década de 1960, onde o governo militar iniciou um processo árduo de povoamento, por conseguinte, houve a sistematização desse processo de expansão, objetivando assegurar o domínio sobre o imenso território amazônico, até então pouco habitado.

Nesse sentido, o governo militar criou estratégias que garantisse esse domínio, nesse caso, através da criação de projetos responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Amazônia. Esses projetos desenvolveram economicamente a região, no entanto também causaram sérios problemas que foram sendo observados ao longo dos anos, o estímulo do povoamento da região fez com que esse processo ocorresse de forma rápida e desordenada, resultando no aumento do uso do solo Amazônico por vários sujeitos colaborando para devastação da floresta amazônica.

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional e internacional, isto é se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terra, mata, minério), isto é sem a formação e um mercado de força de trabalho. (HÉBETTE, 2004, p. 62)

Corroborando com o autor, essa valorização dos recursos naturais está relacionada com o objetivo de explorar esses recursos, visando a maximização do lucro, atendendo os

interesses do grande capital. Esse processo teve como objetivo a inserção da região no Projeto de Integração Nacional

Diante dessa breve explanação é possível identificar que o problema sócio ambiental da região está intrinsecamente relacionado com esse modo de desenvolvimento pensado e formulado para região de “fora para dentro” de “cima para baixo” e que pouco houve a preocupação em buscar a população local para participar do processo de desenvolvimento econômico daquele momento e ao longo do tempo observou-se que essa metodologia trouxe dificuldades, visto que a região apresenta um potencial amplo e que dentro da própria região é necessário haver cautela em relação as diversas formas de manifestação da vida, ou melhor diversos modos de vida que as comunidades amazônicas exercem no território amazônico.

Dentro desse contexto econômico, social e político que a região amazônica está inserida, observa-se a forma como tem sido tratada desde o período colonial até os dias de hoje, principalmente no que tange a apropriação dos recursos naturais em redes produtivas pouco organizadas, sobretudo na maneira subordinada da inserção da região na divisão internacional do trabalho.

Diante disso, observou-se que essa visão de “El dorado” que a região tem apresentado, tem contribuído com uma série de situações existentes no território amazônico, como por exemplo, a exploração dos recursos naturais (madeira, minério, recursos hídricos, dentre outros) de maneira intensiva gerando um elevado grau de desmatamento, o uso do solo a partir da lógica do monocultivo (soja, dendê, e mais recentemente o açaí). A ocorrência dessas atividades tem gerado novas relações e mantido outras a partir da incorporação de outros elementos, mas com objetivo de manter a “antiga lógica de acumulação do capital”.

Dentre essa diversidade de relações existentes no espaço Amazônico, é válido destacar a presença do sujeito camponês amazônico, entendido como sujeito que engloba as variações do termo, é identificado como indígena, quilombola, ribeirinho, assentado, peconheiro, beiradeiro, dentre outras variações que dependerá da relação estabelecida com a natureza através de seus respectivos modos de vida pelo coletivo de cada grupo. Diante disso, Moreira (2008) aponta o campesinato como categoria aglutinadora e que deve ser compreendido a partir da diversidade identitária que cada grupo assume.

Como forma de discutir a presença do campesinato Amazônico no processo de reprimarização da economia o presente artigo encontra-se estruturado de quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção discutiremos o campesinato Amazônico e o neoxativismo de forma conceitual, buscando apresentar a literatura latinoamericana e amazônica, na terceira seção serão apresentadas as principais atividades a respeito das atividades extrativas que atualmente têm sido desenvolvidas na região e tem sido alvo para adentrar no mercado como commodities, na quarta seção será estabelecida a relação entre o camponês amazônico e a reprimarização da economia amazônica e na quinta seção será realizada as considerações finais.

Campesinato amazônico e o neoxativismo

O camponês amazônico é diverso, em virtude da complexidade natural que o bioma amazônico dispõe, principalmente do ponto de vista da distribuição dos rios, da floresta, clima, vegetação, do relevo que varia de acordo com a localização, além disso, sua complexidade está relacionada a construção histórica que este sujeito passou ao longo dos períodos históricos que a região percorreu, no qual resultou na presença de sujeitos de origem africana, europeia e indígena. A partir da presença desses três representantes sociais o entrelaçamento e conflitos entre eles se tornou comum, nesse sentido Lima (1999) identifica as categorias populares de raça mista no Brasil, tais como o **mulato** (o filho do branco e do negro) e o **cafuzo** (filho do índio e do negro), bem como o **caboclo** (que é o filho do branco e do índio).

Diante disso, houve a disseminação dos povos amazônicos, os quais criam suas estratégias de reprodução socioespacial por meio do uso dos recursos naturais de acordo com seus costumes e tradições que provém da união de raças como já exposto. Nesse sentido, o aspecto do campesinato amazônico Nugent (2002, 2006) Moreira e Hébert (2008) Schminck e Wood (1992) modo de viver, consumir, produzir específico e coadunado com uso dos recursos naturais, nesse caso compreende-se como modo de vida que engloba uma variedade de atividades.

O campesinato, portanto é aqui caracterizado também como grupo que marca suas diferenças e delimita suas fronteiras com critérios de base étnica, ou seja, uma forma de organização social cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, devido a critérios elegidos por eles mesmos, dentre aqueles que conformam sua etnicidade (BARTH, 2000, p.56)

O campesinato dispõe de autonomia que prevê sua existência e ao mesmo tempo em que apresenta uma diversidade de denominações, dispõe de relações primárias, o compadrio, parentesco, modo de vida que atende a face econômica mas que também busca a face simbólica. Essas características estruturam a lógica própria da economia camponesa, que é regida por uma lógica diferente da capitalista.

Ainda que atividades exploratórias de recursos naturais, como a extração de látex e exploração madeireira, revistam-se de um mercado onipresente e coercitivo, muitas comunidades, que há décadas depois se identificariam como tiradores de açaí, consolidaram um modo de vida baseado nas relações de parentesco, amizade e compadrio. Através de suas narrativas, é possível, hoje, identificá-los com características próprias da economia camponesa, regida por uma lógica própria, diferente do capitalista. Essa diferença possibilitaria a sua existência, e seria, ao mesmo tempo tão necessária quanto a relação direta dos produtores com os mercados local e regional, que sustentam seu modo de viver, produzir e consumir (SALES, 2014, p.230)

Diante de a lógica camponesa apresentar uma base estrutural complexa que ora se apresenta a partir de relações capitalista, mas que prioriza as relações não capitalistas, tendo em vista a busca pela autonomia que tais relações proporcionam para sua existência, pois a presença das relações capitalistas nas atividades é considerada como uma estratégia de sobrevivência que o camponês busca, mas que não é considerada a forma principal do modo de viver. Essa relação com o capital é temporária, já as relações não capitalistas são estruturantes no cotidiano camponês amazônico.

Nesse sentido, os princípios acerca da neoextrativismo vão de encontro com os princípios camponeses apresentados neste trabalho, tendo em vista o modelo de desenvolvimento direcionado ao crescimento econômico baseado na apropriação dos recursos naturais. Essa visão relacionada a extração dos recursos naturais como vetor econômico de crescimento, tem sido implementado desde as origens do período colonial (SCOTTO, 2011).

O contexto histórico colonial amazônico foi marcado por relações de dependência da colônia portuguesa em relação a metrópole Portugal, no qual buscou-se a exploração dos recursos naturais de forma intensiva e garantindo da acumulação do capital por parte da metrópole em detrimento da colônia. Essa relação colonial resultou em uma série de consequências socioambientais para o Brasil e principalmente para região amazônica.

Nessa perspectiva de exploração dos recursos naturais para fins de exportação Maristella Svampa interpreta o modelo de acumulação do sistema capitalista como *consenso*

das *commodities*, baseado na expansão de projetos que buscam a extração e exportação dos bens naturais primários em grande escala.

Assim, o que denominamos como consenso das *commodities* aponta o ingresso de uma nova ordem econômica e política, sustentado pelo *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e os bens de consumo, demandados cada vez mais pelos países centrais e as potenciais emergentes (SVAMPA, 2012, p. 16.)

Este modelo de crescimento apresenta numerosas fissuras estruturais. Por um lado a demanda de matérias-primas e de bem de consumo tem como consequência um vertiginoso processo de reprimarização das economias latinoamericanas, algo que vem se agravando pelo ingresso de potenciais emergentes, como é o caso da China, que está se impondo crescentemente como uma sociodesigual no que se refere a intercâmbio comercial. (SVAMPA, 2012, p. 16.)

É válido destacar que este processo desigual tem contribuído com o incremento dos preços das *commodities*, gerando conseqüentemente um crescente efeito de reprimarização das economias latinoamericanas. Entende-se que esse processo de reprimarização se dá graças ao padrão de acumulação sustentado pela exploração exacerbada dos recursos naturais, na maior parte dos casos não renováveis, bem como a expansão das fronteiras sobre os territórios considerados improdutivos para o incentivo de produção de alimentos, por exemplo, em grande escala para exportar, tendo em vista a demanda desses bens no mercado mundial, ou seja, o processo relacionado ao neoextrativismo não está relacionado somente com a mineração, mas também a produção de alimentos e de biocombustíveis.

Assim definido, o extrativismo não contempla somente atividades tipicamente consideradas como tal (mineral, hidrocarboneto), mas também os agronegócios relacionados a produção de biocombustíveis, o qual abona uma lógica extrativista mediante a consolidação de um modelo monoprodutor, que desestrutura e reorienta os territórios, destruindo a biodiversidade e aprofundando o processo de acumulação de terras. A inflexão extrativista compreende também aqueles projetos de infraestrutura previstos pela IIRSA (Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) em matéria de transportes (hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros), energia (grandes represas hidrelétricas), cujo objetivo central é facilitar a extração e exportação dos ditos produtos que já tem seu destino garantido. (SVAMPA, 2012, p. 18)

Diante da tendência de exportação que a América Latina está inserida, entende-se que o Estado Progressista se apropriou do novo modelo de desenvolvimento que se instalou, mas que carrega a velha “tradição” extrativista dos outros modelos de desenvolvimento anteriores. A partir dos governos progressistas houve a ruptura das estratégias adotadas anteriormente enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser o neoextrativismo (GUDYNAS,2009)

Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento adotados pelos governos progressistas latinoamericanos romperam apenas com alguns aspectos neoliberais constituídos na década de 1980 e 1990, mas mantiveram a lógica dos países como exportadores de matéria-prima. De acordo com Gudynas (2009) acredita que o neoextrativismo seria uma versão contemporânea do desenvolvimentismo, onde houve a manutenção dos setores extrativistas como elementos principais no que tange o crescimento econômico. A principal diferença é que o Estado abandonaria a função de manutenção o processo produtivo e a partir da tendência neoextrativista, adotaria a posição de sujeito principal das atividades extrativas.

No entanto, mediante a este panorama estabelecido a partir da reconfiguração da política dos governos progressistas, mudando alguns aspectos neoliberais e mantendo outros, no sentido de estabelecer relações mais consistentes no que diz respeito ao comércio das matérias-primas através do consenso das commodities. Os povos amazônicos se mobilizaram para lutar contra essa tendência de exportação em larga escala dos produtos extrativos. De acordo com Svampa (2012) essa mobilização chama-se de giro ecoterritorial que são as lutas socioambientais travadas pelos movimentos camponeses e indígenas contra a visão de mercado atribuída aos recursos naturais, propondo o que se chama de bem viver que se manifesta em contraposição a visão dominante de uso dos recursos naturais defendendo que determinados bens naturais sejam mantidos fora do mercado a partir de seu caráter de patrimônio cultural, social e cultural, baseada na ruptura da dimensão ambiental baseada com a ideologia do progresso.

Atividades extrativas apropriadas atualmente para este fim

A realidade amazônica está inserida nessa dinâmica relacionada ao neoextrativismo, a partir da visão de *El dorado* que a região carrega, nesse sentido tem sido foco de políticas de governo que visam a manutenção da posição enquanto fornecedora de matéria-prima.

A região apresentou a partir do período colonial, uma variedade de atividades inseridas pelos portugueses, objetivando o aproveitamento da grande extensão de terra, visando a maximização do lucro como ocorreu nos períodos da borracha (1850 – 1920). De acordo com Costa (2012) a crise da economia da borracha esteve atrelada a autonomia que o camponês amazônico dispunha paralela ao período de auge dos seringais, em virtude de que o sistema capitalista necessita de uma estrutura para existir, constituindo uma unidade espaço-

temporal que caracterizam funções econômicas e sociais, nesse sentido houve no espaço amazônico tensões entre a estrutura camponesa, marcada pela autonomia, com as do seringal que requeria a coerção da força de trabalho, caracterizando a contradição interna entre o capital e a produção cabocla determinada por ritmos naturais.

Diante disso, observa-se a existência desta contradição de estruturas capitalistas e não capitalistas responsável pela atual configuração socioespacial existente na região, pois ao mesmo tempo que houve a inserção dessas formas produtivas obedecendo a lógica capitalista, o campesinato resistiu não se rendendo integralmente a coerção da força de trabalho.

A realidade da região atualmente, permanece com a mesma tentativa de intensificar o modo de produção capitalista, partindo da lógica de acumulação através da exportação das commodities em larga escala. Nesse caso, temos o exemplo da produção da palma do dendê que dispõe do mesmo objetivo que os seringais dispuseram, considerando a adoção de alguns discursos ambientais e de desenvolvimento.

A atividade da dendeicultura se tornou comum nas áreas rurais dos municípios de Moju, Tailândia, Acará, Concórdia, Bujaru, tem como finalidade principal a produção de biocombustível. Nesses municípios, o plantio da monocultura do dendê se tornou realidade, a partir das empresas Agropalma e Vale, houve a fixação desta cultura em larga escala nas terras em grande parte quilombolas através da prática do arrendamento da terra realizado pelas empresas diretamente com o camponês pelo tempo de 25 (vinte e cinco) anos. Esse contrato oferece ao sujeito do campo amazônico uma série de seguranças trabalhistas que o trabalho cotidiano no campo não dispõe, nesse sentido entende-se que esta estratégia de arrendamento realizado foi criado para se tornar atrativa ao sujeito do campo paraense. A implantação do dendezal foi efetivada e uma pequena parte de terra foi destinada para o camponês desenvolver suas atividades de produção de alimentos.

O outro exemplo de efetivação do consenso das commodities está ocorrendo com o açaí através do Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará. O Programa visa intensificar a produção do açaí em larga escala em terra-firme e na várzea.

Assim, o plantio e manejo de açaizeiros em terra firme e o manejo e enriquecimento na várzea, ao responder aos desafios do mercado, preenche, ainda, todos os requisitos de uma atividade ambientalmente limpa, além de preservar os ecossistemas, gerar renda e emprego, contribuindo, decisivamente, para a revitalização da economia do município focado, constituindo-se, dessa maneira, em

uma potente âncora para a dinamização de economias agrícolas fragilizadas. (OLIVEIRA, 2016)

Diante disso, é possível identificar o mesmo discurso referente a intensificação da produção, com objetivo de dinamizar o crescimento econômico da economia paraense, a partir da intensificação do cultivo do açaí em 50 mil hectares de açazeiro, sendo 10 mil hectares em terra-firme e 40 mil em área de várzea.

Observa-se que as propostas apresentadas de monocultivo para o Estado do Pará são atuais, as duas apresentam a finalidade do cultivo, extração e exportação em larga escala das matérias-primas dendê e açaí, com baixo valor agregado, colocando em cheque as estruturas econômicas e sociais do campesinato.

O camponês e a reprimarização da economia amazônica

Diante da abordagem realizada ao longo do trabalho entendeu-se que o processo de reprimarização da economia brasileira, e principalmente amazônica a partir da adoção de que a visão El dorista é considerada a chave para o desenvolvimento, a partir do falso discurso industrialista que se cria para justificar a extração dos recursos naturais intensivamente para exportação em larga escala.

No entanto, mesmo sendo inevitável a ocorrência dessas ações que tiveram os governos latinoamericanos progressistas como principal indutor destas medidas, compreende-se que há resistências por parte dos povos latinos e mais especificamente os camponeses amazônicos, pois mesmo que aceitem em um momento a ação coercitiva do capital em relação ao seu modo de vida, entende-se que prevalecem as relações estruturais do camponês de compadrio, amizade, parentesco.

Ainda que atividades exploratórias de recursos naturais, como a extração do látex e exploração da madeira, revistam-se de um mercado onipresente e coercitivo, muitas comunidades que décadas depois se identificariam como de tiradores de açaí, consolidaram um modo de vida baseado nas relações de parentesco, amizade e compadrio. Através de suas narrativas, é possível hoje, identificá-las com características próprias da economia camponesa, regida por uma lógica própria, diferente da capitalista. Essa diferença possibilitaria sua existência, e seria, ao mesmo tempo tão necessárias quanto a relação direta dos produtores com os mercados local e regional, que sustentam seu modo de viver, produzir e consumir. (SALES, 2014, p.230)

De acordo com a autora, essas relações estruturais prevalecem em virtude da necessidade de manter as relações que trazem coesão à unidade familiar e que fortificam a

permanência dessas relações mesmo estando envolvido diretamente com as teias do capital nesta relação de subordinação, tanto do camponês amazônico, quanto a manutenção da posição de subordinação da região frente a divisão internacional do trabalho.

A concepção de intensificação das atividades extrativista, visando a anulação do ser camponês amazônico não é recente, ao contrário é recorrente, nesse sentido o uso dos conhecimentos oriundo deste sujeito sempre foi o foco para a intensificação das ações extrativistas na região. O caso do dendê não se adéqua tanto a essa apropriação do saber que os povos da Amazônia carregam, em virtude de ser uma planta exótica ao meio amazônico, nesse caso a apropriação se dá por meio da subordinação da força de trabalho e da terra que ocupa por direito.

Já no caso do açaí, o processo de apropriação é mais complexo, em virtude de ocorrer a partir da subordinação da força de trabalho e da terra, assim como também do conhecimento que o camponês (peconheiro, beiradeiro, ribeirinho, terra-firmeiro) possui, ou seja, uma diversidade de conhecimentos do funcionamento do ecossistema amazônico, sobretudo das espécies, sabor, cor do açaí, bem como o período que cada um frutifica.

O processo de commodização que o açaí está passando, compromete a economia local e regional por não agregar valor à cadeia do açaí, o meio ambiente pelo fato de ser uma proposta de monocultura, a soberania alimentar da população amazônica que consome diariamente o fruto e com a intensificação da produção o objetivo maior é a exportação e não consumo local, e compromete a posse de terra gerando ao mesmo tempo novas formas de dominação do espaço amazônico e com isso aprofundando mais ainda as desigualdades sociais.

Considerações Finais

Os princípios do neoextrativismo têm sido implantados na Amazônia, sobretudo a partir da visão que ainda é cultivada como vazio demográfico, mito do excedente, de fartura. Entende-se que os interesses de dominação da região não são recentes, muitos conflitos ocorreram no espaço amazônico, em virtude do conflito da estrutura camponesa e a estrutura de acumulação e lucro coexistirem e serem defendidas pelos seus respectivos representantes.

Compreende-se que o camponês amazônico é o foco dos idealizadores deste modelo de desenvolvimento pelo fato de deter a força de trabalho, o conhecimento do ambiente amazônico e ser detentor da terra. Estes elementos são essenciais para que o consenso das commodities seja consumada e estabelecida no território amazônico. Porém, ao invés desses sujeitos mostrarem a subserviência ao neoeextrativismo, acatando as propostas do modelo e anulando sua história enquanto ser amazônico, eles têm mostrado resistências, desde o período colonial, quando continuaram a desenvolver suas atividades de subsistência, mesmo quando foi proibido e posteriormente, quando houve a crise da borracha, foram responsáveis em manter a economia amazônica. E atualmente resistem a partir das articulações de movimentos indígenas e camponeses responsável pelas lutas contra a subordinação proposta por este modelo de desenvolvimento, bem como na simples execução de suas relações que estruturam o ser camponês.

Referências Bibliográficas

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In Barth, F. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

COSTA, F.de A. Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. 2012. NAEA/UFPA, Belém: 310p.

Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In CAAP & CLAES (Eds.), *Extractivismo, política y sociedad* (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social.

Gudynas, E. (2012a). Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, 237, 128-146.

HÉBETTE, J. Grandes Projetos e Transformação da fronteira, in: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 3, Belém: EDUFPA, 2004, p. 61-72).

LIMA, D.M. A construção histórica do termo caboblo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In *Novos Cadernos NAEA*. Vol.2 – dezembro, 1999.

NUGET, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Ammablume, 2006

OLIVEIRA, L. P. de., et al. 2016. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará - PROAÇAÍ – PA. Belém, SEDAP.

SALES, S.S. PORRO, N.S.M. Campesinato, identidade e memória os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo. In: *Novos Cadernos do Naea*. Vol. 17, nº1, p. 225-240, jun 2014. ISSN 1516-6481.

SCOTTO, G. (2011). Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina. In: 4o. Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

SVAMPA, M.(2012) “Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?” (2012), en AAVV, Grupo permanente de trabajo: Alternativas al Desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Más allá del desarrollo, Ecuador, Fundación Rosa, Luxemburgo